

Marina Isabel Ferreira Pereira — Excluído a)
 Marisa Sofia Dias da Silva — Excluído a)
 Marlene do Vale Gonçalves — Excluído a)
 Marlene Isabel da Silva Matos — Excluído a)
 Marli Pinheiro Rodrigues — Excluído a)
 Marta Carolina Oliveira Fonseca — Excluído a)
 Marta Isabel Vieira da Silva Janela — Excluído a)
 Marta Sofia Carvalho Ferreira — Excluído a)
 Micaela Adriana Domingues Morais Caetano — Excluído a)
 Miguel António Pereira da Silva — Excluído a)
 Mónica Alexandra da Silva Teixeira — Excluído a)
 Nádia Patrícia Vieira de Almeida — Excluído a)
 Natália Vanessa Lourenço Araújo — Excluído a)
 Nathalie de Jesus Ramos Dias Chavarria — Excluído a)
 Patrícia Ricardo Luís — Excluído a)
 Patrícia Vieira Rodrigues Pires — Excluído a)
 Paula Alexandra Lima Cunha — Excluído a)
 Paula Cristina Gomes da Silva — Excluído a)
 Paula Cristina Oliveira Duarte — Excluído a)
 Pedro Manuel Rocha Quintão — Excluído a)
 Raquel de Fátima Dias Barbosa — Excluído a)
 Raquel Filipa Peixoto Capitão — Excluído a)
 Renata Couto de Campos — Excluído a)
 Rosa Maria da Silva Martins Patrão — Excluído a)
 Sandra Carvalho Gomes — Excluído a)
 Sandra Cristina da Costa Brito — Excluído a)
 Sandra Pinheiro Salgueiro — Excluído a)
 Sandra Sónia Moreira Sampaio — Excluído a)
 Sara Maria Bourbon Gonçalves Moreira — Excluído a)
 Sílvia Maria Gonçalves do Monte — Excluído a)
 Sofia Isaura Coelho Pedro — Excluído a)
 Sónia Cristina da Silva Rodrigues — Excluído a)
 Tânia Andreia Antas de Brito — Excluído a)
 Tânia Maria Magalhães da Rocha — Excluído a)
 Teresa Manuela Tavares da Silva — Excluído a)
 Vânia Aidé Cunha Mesquita da Costa — Excluído a)
 Vânia Daniela Oliveira Azevedo — Excluído a)

a) Por ter faltado à Entrevista Profissional de Seleção.

20 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Miguel Jorge da Costa Gomes*.

311930711

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Edital n.º 1270/2018

Alteração da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas do Município do Entroncamento Criação de Taxas no Mercado Municipal

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Vereadora a tempo inteiro da Câmara Municipal do Entroncamento.

Faz saber que, por deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 19/11/2018, e sessão da Assembleia Municipal efetuada em 23/11/2018, foi aprovada a alteração da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas do Município do Entroncamento — Criação de Taxas no Mercado Municipal.

A alteração da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas do Município do Entroncamento, entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2019. Para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

O presente edital encontra-se igualmente disponível na página oficial do Município em www.cm-entroncamento.pt

E eu, Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, o subscrevi.

5 de dezembro de 2018. — A Vereadora a Tempo Inteiro, *Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim*.

1 — Introdução

No âmbito da realização das obras de remodelação e requalificação do mercado municipal, foi reanalisada a respetiva organização funcional e foram criadas novas oportunidades para os interessados poderem desenvolver novas atividades.

Destaca-se a criação de uma zona de utilização comum, denominada Setor B, dotada de um espaço de esplanada interna coberta e disponibilização de 3 quiosques cujo fim de utilização será oportunamente definido aquando da hasta pública e de duas lojas vocacionadas para atividades de restauração e similares.

Este espaço, cujos equipamento, limpeza e manutenção serão da responsabilidade do município, será de utilização partilhada pelos utilizadores não só dos quiosques e das lojas que às mesmas têm acesso direto por se encontrarem nas imediações, ou que venham a ter futuramente, mas também da população em geral.

Por outro lado, foram dadas novas designações a alguns espaços.

As lojas passaram a ter duas designações: lojas interiores e lojas exteriores, independentemente da atividade económica nelas desenvolvidas.

No âmbito das obras do mercado, foi criado um espaço de armazenamento para pequenos volumes que pode servir de apoio às bancas, mas também às lojas.

Principais Alterações

Artigo 1.º

Deixa de haver distinção entre os talhos e as restantes lojas que compõem o mercado, sendo taxados de igual forma às restantes lojas.

Foram criadas as seguintes taxas:

Lojas interiores (Zona B) — Destinadas a atividades de restauração; Quiosques;

Taxa de averbamento de novo titular — Artigo 11.º do Regulamento; Acesso à esplanada do Setor B por lojas exteriores.

Artigo 2.º

Deixam de haver taxas destinadas a bancas para venda de frango e bacalhau.

Foram criadas as seguintes taxas:

Bancas com agravamento — de acordo com o artigo 7 do regulamento; Ocupação ocasional de lugar de venda — de acordo com o artigo 25 do regulamento.

Artigo 3.º

O espaço destinado a armazém deixa de ser taxado por cada volume e passa a ter uma taxa mensal por m². Vão existir espaços de armazenamento com cerca de 2 m² e outros com 6 m².

Artigo 4.º

Deixa de haver taxas para a venda de cereais e venda de criação viva e passam a ser taxados lugares de terrado no interior do mercado e outros lugares de venda ocasional.

Artigo 8.º

A emissão e renovação dos cartões de venda ambulante deixam de figurar na tabela de taxas visto tratar-se de competência da Administração Central.

Nota. — Os valores das novas taxas foram criados com base nos preços de 2018, sendo depois atualizadas em 2019 conjuntamente com as restantes de acordo com o artigo 31.º da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas.

2 — Enquadramento

A Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais remete na alínea c) do seu artigo 8.º para a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas.

3 — Método de Fundamentação das Taxas

De acordo com o princípio da equivalência jurídica — artigo 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais — RGTA), — o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade correlacionando o custo ocorrido e o benefício auferido pelo particular, podendo, em observância por este princípio, ser fixadas com base em critérios de incentivo ou desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Neste sentido, a seguir se procede a uma sucinta explanação da metodologia adotada na mencionada fundamentação económico-financeira, constante dos quadros que integram o presente documento, de modo a permitir uma melhor compreensão dos mesmos.

Estimação do Custo da Contrapartida

O custo da contrapartida associada a cada taxa resultou da aplicação da seguinte fórmula:

$$CC = Tm \times CMOD + Tm \times AM + Tm \times FSE + Tm \times CIND$$

CC — Custo da contrapartida associado a cada taxa

TM — Tempo médio de execução das tarefas associadas a cada taxa, em minutos;

CMOD — Custo da Mão-de-obra direta, por minuto;
CAM — Amortizações de cada Centro de Custo Principal respetivo, por minuto;

CFSE — Fornecimentos e Serviços de Terceiros, por minuto;

CIND — Custo da Mão-de-obra direta, + Amortizações + FSE dos Centros Auxiliares, por minuto O CMOD — Custo/minuto em Mão-de-obra direta, foi estimado considerando o valor da remuneração por minuto dos funcionários.

O CAM — Custo/minuto com as Amortizações

O CFSE — Custo/minuto com FSE (Elettricidade + Conservação e Reparação + Limpeza + Encargos Financeiros).

O CIND — Custos Indiretos/ minuto, que resultam da repartição pelos Centros de Custos Principais dos custos de Mão-de-obra Direta, dos custos com FSE e dos custos das Amortizações dos Centros de Custos Auxiliares.

4 — Proposta

De acordo com a metodologia seguida, o valor das taxas agora definido teve em conta o referencial de base (custo da contrapartida) multiplicado pelo coeficiente de benefício do requerente e pelo coeficiente de incentivo/desincentivo.

Nas taxas em que o coeficiente de benefício é determinante na fixação do seu quantitativo (casos em que o coeficiente de benefício é superior a um), a estimativa do custo da contrapartida serve como um valor referencial, permitindo ainda dar-se expressão/tradução numérica ao benefício do particular.

Ora, quando o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais estabelece que o valor da taxa não poderá ser superior ao custo da atividade local ou ao benefício auferido pelo particular, está a permitir indexar taxas ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do

particular ao potenciar situações geradoras de rentabilidade, sem que, no entanto, seja possível, como é evidente, a quantificação desse benefício, que poderá divergir de particular para particular em função da sua capacidade de aproveitamento e de geração/produção de rendimento.

Assim sendo, por potenciar rentabilidade, os municípios poderão exigir o pagamento de taxas que incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, em respeito pelo princípio da prossecução do interesse público local e visando a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

Por outro lado, refere-se que o valor da taxa poderá suportar um coeficiente de incentivo/desincentivo consoante se pretenda estimular/retrair a ocorrência de determinada prática ou comportamento, assumindo este coeficiente valor inferior ou superior a um, respetivamente.

Os coeficientes de benefício e de incentivo/desincentivo então definidos visam traduzir de uma forma consistente as estratégias políticas municipais, nos termos que melhor constam, para cada taxa específica, dos quadros que se seguem.

A aplicação desta metodologia tem a vantagem de tornar mais explícitas as opções feitas quando se fixam os valores das taxas, favorece o controlo político sobre os valores propostos e realça as correções que necessitam de ser introduzidas no valor das mesmas.

Importará ainda referenciar que na fixação do valor das taxas se privilegiou a manutenção das opções políticas subjacentes à fixação dos valores das taxas atuais.

4.1 — Custos

Os custos envolvidos, têm o seu principal enfoque na atividade operacional e administrativa necessária à prática do ato e envolve os meios humanos e materiais afetos ao serviço.

Descrição		Total custos diretos + custos indiretos	Mercados e feiras	0,16269	—	0,65818	0,18540
				Mercados e feiras	Mercados e feiras/recinto	Mercados e feiras/multuosos	Mercados + Fiscalização Administrativa
				Modirecta	Amortizações (a)	FSE	Custos indiretos em euros
			Tempo em minutos	Custos diretos em euros			
SECÇÃO VII	Mercados e feiras						
SUBSECÇÃO I	Mercado diário						
Artigo 1.º	Ocupação de lojas (c)						
1.	Cada m² ou fração, arredondamento para a dezena imediatamente superior.						
1.1.	Lojas interiores — taxa mensal por m²	5,50	0,21	0,03	5,29	0,14	0,04
1.2.	Lojas exteriores — taxa mensal por m²	5,50	0,21	0,03	5,29	0,14	0,04
1.3.	Lojas interiores (Setor B) — taxa mensal por m²	5,50	0,21	0,03	5,29	0,14	0,04
1.4.	Quiosques — taxa mensal por m²	5,50	0,21	0,03	5,29	0,14	0,04
1.5.	Acesso à esplanada do Setor B por lojas exteriores — taxa mensal por m² (acresce à taxa do ponto 1.2).	5,50	0,21	0,03	5,29	0,14	0,04
Artigo 2.º	Bancas (c)						
1.1.	Bancas de pedra destinadas à venda de peixe (Zona azul) — Taxa diária por banca.	0,85	0,23	0,04	0,61	0,15	0,04
1.2.	Bancas destinadas à venda de fruta e hortaliça (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	0,23	0,04	0,46	0,15	0,04
1.3.	Bancas destinadas à venda de flores vivas (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	0,23	0,04	0,46	0,15	0,04
1.4.	Bancas destinadas à venda de pão e outros (Zona vermelha) — Taxa diária por banca.	0,72	0,23	0,04	0,49	0,15	0,04
Artigo 3.º	Armazém (c)						
1	Taxa diária por m²	0,17	0,08	0,01	0,08	0,05	0,01
	Taxa mensal por m²	5,10					

(a) Com IVA incluído à taxa normal.

(b) Com IVA incluído à taxa reduzida.

(c) Isento de IVA.

(d) IVA — não sujeito.

4.2 — Tabela de taxas

Tabela de taxas e licenças não urbanísticas		A — Total Custos Diretos + Custos Indiretos	B — Coeficiente Benefício	C — Coeficiente incentivo/desincentivo	D = A × B × C	Taxa proposta
SECÇÃO VII	Mercados e feiras					
SUBSECÇÃO I	Mercado diário					
Artigo 1.º	Ocupação de lojas (c)					
1	Cada m² ou fração, arredondamento para a dezena imediatamente superior.					
[...]						
1.3.	Lojas interiores (Setor B) — taxa mensal por m²	5,50	1	0,7	3,82	3,82
1.4.	Quiosques — taxa mensal por m²	5,50	1	1,4	7,50	7,50
1.5.	Acesso à esplanada do Setor B por lojas exteriores — taxa mensal por m² (acresce à taxa do ponto 1.2).	5,50	1	0,2	1,14	1,14
2.	Taxa de averbamento (artigo 11.º Reg. Mercado Municipal) = 6 meses de renda mensal.					
2.1.	Lojas interiores — taxa mensal por m²	5,50	6	0,5	16,08	16,08
2.2.	Lojas exteriores — taxa mensal por m²	5,50	6	0,6	19,50	19,50
2.3.	Lojas interiores (Setor B) — taxa mensal por m²	5,50	6	0,7	22,91	22,91
2.4.	Quiosques — taxa mensal por m²	5,50	6	1,4	45,00	45,00
Artigo 2.º	Bancas (c)					
[...]						
2.	Bancas, com agravamento (artigo 7.º Reg. Mercado Municipal) — taxa de agravamento = 15 %.					
2.1.	Bancas destinadas à venda de peixe (Zona azul) — Taxa diária por banca.	0,85	2,0	1	1,68	1,68
2.2.	Bancas destinadas à venda de fruta e hortalíça (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	1,2	1	0,81	0,81
2.3.	Bancas destinadas à venda de flores vivas (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	2,1	1	1,35	1,35
2.4.	Bancas destinadas à venda de pão e outros (Zona vermelha) — Taxa diária por banca.	0,72	2,8	1	1,99	1,99
3.	Ocupação ocasional de lugar de venda (artigo 23.º Reg. Merc. Mun) — taxa de agravamento = 50 %.					
3.1.	Bancas destinadas à venda de peixe (Zona azul) — Taxa diária por banca.	0,85	2,6	1	2,19	2,19
3.2.	Bancas destinadas à venda de fruta e hortalíça (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	1,5	1	1,05	1,05
3.3.	Bancas destinadas à venda de flores vivas (Zona amarela e verde) — Taxa diária por banca.	0,69	2,7	1	1,76	1,76
3.4.	Bancas destinadas à venda de pão e outros (Zona vermelha) — Taxa diária por banca.	0,72	3,6	1	2,60	2,60
Artigo 3.º	Armazém (c)					
1.	Taxa mensal por m²	5,10	1	1	5,10	5,10

(a) Com IVA incluído à taxa normal.

(b) Com IVA incluído à taxa reduzida.

(c) Isento de IVA.

(d) IVA — não sujeito.

311898094

MUNICÍPIO DE ESPINHO

Aviso n.º 19385/2018

Celebração de Contratos de Trabalho a tempo Indeterminado

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na sequência dos Procedimentos Concursais Referências A a G, abertos na Bolsa de Emprego Público com as Ref.ºs OE2018090/432; OE2018090/434; OE2018090/435; OE2018090/437; OE2018090/438; OE2018090/440 e OE2018090/442, foram celebrados Contratos de Trabalho Por tempo Indeterminado, com os trabalhadores André Filipe Costa Guimarães, Diana Thais Oliveira Espírito Santo, Liliana Antunes Correia, Marlene Santos Soares, Tiago Manuel Do Couto Pereira, na carreira e categoria de Técnicos Superiores, na posição remuneratória 2, nível remuneratório 15 e Filipe Pinhal Santos na carreira e categoria de Assistente Operacional na posição remuneratória 1, nível remuneratório 1, com data de produção e efeitos a

31 de outubro de 2018 e posteriormente com Ana Emília de Oliveira Leite de Sousa, Maria da Glória de Sousa e Silva Rodrigues, Catarina Isabel Gomes Ribeiro, Diana Sofia de Oliveira Ferreira, Maria de Fátima Lemos Vieira, Ana Alexandra da Silva Dias, Cláudia Adriana Oliveira Duarte, Inês Filipa Amorim Coutinho Costa Ferreira, Márcia Fabiana Fernandes de Almeida, Paula Cristina de Oliveira Rodrigues Gomes, Sílvia Cristina Gomes Maganinho de Almeida, Susana Fernanda Dos Santos Teixeira, Susana Maria dos Santos Mota, Rosa do Carmo Domingues da Silva e Paulo José Fernandes Pereira na carreira e categoria de Assistente Operacional na posição remuneratória 1, nível remuneratório 1, com data de produção e efeitos a 1 de dezembro de 2018. Nos termos artigo 11.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, é dispensada a realização do período experimental.

11 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Espinho, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

311900603